

A Fundamentação Ontológica da Ética: O Cuidado de Si como a Prática da Liberdade

The Ontological Fundamentals of Ethics: The Care of the Self as a Practice of Freedom

Mayra Campos de Melo¹

Glória Maria Ferreira Ribeiro²

A questão da sexualidade sempre esteve presente na história da humanidade por tratar de características inerentes ao homem, como a busca pelos prazeres e o desenvolvimento de relações de poder. O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) se propôs a explorar a constatação de que a sociedade ocidental sempre tendeu a buscar uma teorização científica sobre o ato sexual, não se ocupando em preservar a abertura dos discursos, sobre sexualidade, abrangentes, como os que ocorrem nos povos orientais. Essa investigação levou o autor a questionar por que parecia haver essa necessidade de submeter a sexualidade ao rigor da ciência. Seria porque a sociedade europeia valorizava muito mais encontrar uma verdade, dotada de validade universal e rigorosa, do que se permitir fazer e falar sobre o uso dos prazeres? É na obra *O Cuidado de Si* que Foucault buscará nos âmbitos político e ético uma resposta para esse questionamento acerca do conhecimento sobre a sexualidade na civilização ocidental.

No primeiro capítulo, intitulado “Sonhar com os próprios prazeres”, o autor retoma a obra *Chave dos sonhos* escrita por Artemidoro no século II d.C. O tema central presente nessa obra é a abordagem da onirocricia, ou a arte de interpretar sonhos. Na Antiguidade, essa interpretação era considerada como uma espécie de “manual” para guiar e amparar as ações e escolhas do homem. Trazer à compreensão o que os sonhos ocultam era entendido como um modo de saber e conhecer como se deveria agir consigo e com os outros. A necessidade de guiar suas ações faz com que o sujeito realize um exercício moral e reflexivo acerca de sua

¹ Bolsista – PET Filosofia.

² Orientadora–Tutora do Grupo PET

conduta e modos de existência no mundo. É na realização desse exame de suas ações diárias que o homem desenvolve sua sexualidade, conhecendo e participando das práticas e dos costumes em seu meio social.

Nessa obra de Artemidoro analisada por Foucault, os sonhos podem ser classificados de três modos: atos “conforme a lei”, “atos contrários a lei” e “atos que são contrários à natureza”. Os “atos conforme a lei”, quando analisados, devem pautar-se na condição de com quem se sonha. O valor moral está na situação do outro, como em casos de casamentos, adultério ou posição social, tendo o enfoque sempre sobre a condição na qual o outro se encontra. Os “atos contrários à lei” são definidos, essencialmente, pelo incesto; enquanto que os “atos contrários à natureza” são todos aqueles que afastam tanto o homem quanto a mulher de sua posição originalmente dada no meio natural ou social (*status*). É notável constatar nos escritos de Artemidoro o cuidado em elaborar uma obra dotada de método. Ainda que não haja a intenção da elaboração de uma ética (Cf. FOUCAULT, 42), para Foucault, foi essa preocupação para com a metodologia que possibilitou Artemidoro a desenvolver seu propósito de organização dos modos de apreciação presentes na Antiguidade para que cada cidadão fosse capaz de orientar suas escolhas e ações.

No segundo capítulo, “A cultura de Si”, Foucault aponta a transformação no modo de pensar na passagem da Antiguidade para os primeiros séculos da Era Cristã. Para o autor, a doutrina cristã foi responsável pela estruturação de um pensamento baseado em diversos conceitos já previamente propostos por epicuristas, estóicos e neoplatônicos. Na Antiguidade, um processo normativo capaz de remodelar as diversas condutas sociais, como a exigência de uma moral sexual severa, apenas ocorreria mediante ordens institucionais públicas, dotadas do intuito de preservar o âmbito familiar e outros interesses políticos. Uma mudança efetiva na conduta dos homens somente ocorreria em termos de pensamentos coercitivos, isto é, em termos de uma relação sócio-moral provedora de proibições nas condutas que afetam o meio social. Vista na ética cristã, essa relação proibitiva mostra-se capaz da instauração de valores como o arrependimento e a culpa no indivíduo.

Essa inserção do rigor sexual no âmbito reflexivo moral não constituiu um estreitamento nos códigos de conduta. Para Foucault, essa ação de vigilância intensificou a autonomia do sujeito nas relações que este exerce consigo mesmo, desenvolvendo uma responsabilidade e ciência acerca de suas escolhas e atos, sem deixar de ocupar-se com o constante exercício da cidadania e o cultivo dos vínculos familiares. Era no âmbito social que

o homem constantemente precisava firmar seu valor. Essa lida com os âmbitos individual e social faz com que a atitude individualista não constitua uma atividade na solidão, mas uma prática social.

O modo como se relaciona com os outros e como se está no meio social abrange todas as esferas da existência do sujeito: das políticas e sociais até o cuidado com o próprio corpo e alma. Tal cuidado, de si e dos outros, implica na estruturação de uma ética que corresponda a essa prática dinâmica, que vise o posicionamento do sujeito como o fim último em toda a sua conduta moral, mas que permaneça inserido no ambiente público, capaz de agir como um intensificador das relações sociais (Cf. p. 58).

No terceiro capítulo, “Eu e os outros”, Foucault continua a abordar essa relação individual que se configura como uma prática social. Em uma retomada dos modos e da forma de governo greco-romanos, o autor investiga o matrimônio e as suas características. Era nesse âmbito fechado da família que os poderes públicos não intervinham e que os valores morais se ligavam às próprias práticas sexuais. Além disso, os assuntos privados, acerca das práticas domésticas, eram discutidos na sociedade e a modificação de conduta pela atividade cívica culminou na formulação de novas questões políticas, que se relacionavam diretamente com o exercício do poder e a situação pessoal de cada cidadão da *pólis*.

Essa transformação na atividade política torna a prática da “cultura de si” pertencente tanto ao campo individual, quanto ao campo social. É só porque esta se fundamenta também fora do âmbito pessoal que se pode ter uma “cultura de si”. Essa prática, ao mesmo tempo em que define os princípios necessários para uma relação consigo, estabelece e firma todas as condições sob as quais as ações políticas e as participações no poder seriam impossíveis, aceitáveis ou necessárias (Cf. p. 93). Desse modo, pode-se identificar semelhanças entre o cuidado que se tem consigo e com os outros, tanto no âmbito político quanto no privado, já que nesse ponto tem-se, segundo o pensamento de Foucault, uma ética da política. Dado que a maneira que se cuida e governa a si mesmo legitima a autoridade, a preservação da virtude era fundamental para o desenvolvimento do próprio *ethos*. Ao cuidar de si, o sujeito governa a si próprio e se torna um ator político fundamental na busca e no desenvolvimento desse *ethos*.

Foi durante os dois primeiros séculos que se constituiu uma espécie de “época de ouro” para o “cuidado de si” (Cf. p.50). Esse cuidado era representado pelo termo grego *epimeleia*

heautou, que remetia a ideia de se ocupar e preocupar consigo mesmo em atividades reflexivas, remontando seus modos de conduta, buscando sua autonomia e esclarecendo-se quanto as suas necessidades. Encontrado em diversas doutrinas filosóficas, o cuidado era visto no pensamento platônico como a busca no ato de filosofar um modo de retorno para si mesmo.

Já em Apuleio, esse cuidado aparece como o cultivo daquilo pelo qual se interessa. Por exemplo, assim como quem corre deve cuidar dos pés, quem deseja aperfeiçoar a alma deve obter a ajuda da razão (Cf. p. 51). Zenão, Plutarco, Marco Aurélio e os epicuristas também expressam a necessidade do desenvolvimento de tal cuidado, porém, é em Epicteto que o tema assume uma elaboração amplamente filosófica. Na leitura de Foucault, Epicteto vê que o homem se configura como o único ser a quem foi confiado o cuidado de si mesmo (Cf. p. 53). Enquanto os demais animais já encontram tudo o que é necessário para sua existência e sobrevivência na natureza, o homem deve velar por si mesmo, por meio de uma liberdade que o permita fazer o uso de si. Desse modo, a razão foi dada ao homem para que esse faça livremente um uso de si.

No âmbito político, o reflexo do cuidado de si no governo dos outros não se dá como uma imposição de vontade, mas como um modelo de exercício do ser político do homem, compreendido como o cultivo das ações predominantemente livres. Ao privar-se de prazeres e ao ocupar-se consigo de modo livre é que se é capaz de conhecer e limitar o poder que se desempenha sobre os outros; a finalidade do cuidado de si está, justamente, exteriorizada no governo dos outros. Constituída a importância do cuidado de si, vê-se que este se desdobra do particular para o social. É no âmbito social que ocorre o englobamento e a sistematização do poder, do conhecimento e do agir ético. Tendo essa linha de pensamento bem delimitada, o autor passa a considerar, nos capítulos seguintes, a retomada e a elaboração de uma discussão da relação estreita entre cuidado de si e cuidados médicos, práticas de si e prática de saúde.

No quarto capítulo, intitulado “O Corpo”, Foucault investiga a relação dos povos greco-romanos com a alimentação e os cuidados com a saúde. A acentuação do interesse nesses cuidados é revelada nas constantes observações e inquietações, presentes nessa época, acerca da relação entre o ato sexual e seus efeitos no corpo. Por exemplo, a instauração do temor pelas doenças transmissíveis, devido ao seu potencial de modificação biológica estrutural e funcional, levou a uma constante preocupação e controle de si nas práticas sexuais e no uso dos prazeres. Essa ação de rigor no âmbito da sexualidade produziu analogias no

âmbito da moralidade. Foi principalmente na moral cristã que se iniciou o reinado da severa necessidade de controle dos próprios desejos, culminando no ascetismo.

Ainda nessa época, as práticas de cuidados mais atenciosos para consigo mesmo também estará presente no âmbito médico. Relacionando-se com a “cultura de si”, esse cuidado médico encontra-se no interior de uma moral responsável por firmar que os males capazes de afetar o vigor físico, como a morte e a dor, não são verdadeiros e que se deve cuidar da própria alma para saná-los. Para o povo greco-romano, Foucault diz que os maus hábitos da alma se configuravam como a entrada para as misérias físicas. Simultaneamente, era nos excessos do corpo que surgiam as falhas na alma. Feita essa aproximação tanto prática quanto teórica entre a medicina e a moral, torna-se necessário cuidar da alma para que o corpo não a sobreponha, da mesma forma que se deve ocupar do corpo para obter-se o domínio completo da alma. Esse controle habilita o indivíduo a não confundir doença com virtude, de modo a não pensar que se está agindo de forma prudente, quando na verdade, se está agindo de forma covarde. Essa conduta possibilita uma interpretação ética diferenciada, uma visão sob uma nova ocular do domínio de si, que em um processo de valorização hermenêutico, se torna fundamental para o desenvolvimento de uma conduta moral livre.

Já no quinto capítulo, “A mulher”, Foucault aponta que mesmo na Antiguidade o casamento impunha um tratamento diferenciado às mulheres; sendo que o homem casado possuía um poder político e moral maior sobre os demais cidadãos, em particular, sobre a mulher. Nos textos clássicos que abordavam o tema do casamento, como nos escritos de Platão, Aristóteles, Isócrates e Xenofonte, já havia a crescente reflexão acerca do caráter formador (paidêutico) que os homens casados exerciam sobre os demais cidadãos. O exercício do matrimônio era visto como uma arte que exigia uma conduta ponderada, sábia e justa.

Durante os séculos I e II da Era Cristã, iniciou-se uma modificação nessa concepção de casamento. A relação matrimonial começou a ser vista sob a ótica do “vínculo conjugal”. O foco não mais se encontrava exclusivamente na gestão da casa, exigia, também, a necessidade de zelar pela coexistência entre os habitantes desse mesmo lar a ser gerido. Essa transformação atingiu a relação entre marido e mulher. Foucault salienta que essa mudança se deu em razão de uma nova “estilística da existência”, na qual a “cultura de si” passou a ter uma correspondência mais direta com as mudanças sociais e a intensificação das relações

cotidianas do indivíduo. Desse modo, o marido e a mulher passam a desenvolver diferentes tarefas dentro do lar. O homem, que antes possuía uma função governamental e paidêutica, agora estabelece, também, um jogo de afeto e uma relação de dependência recíproca com os demais membros da família, modificando seu papel de sujeito moral na relação conjugal.

Essa nova mudança na concepção de casamento foi compreendida como o capacitador da função modificadora que surge de necessidades individuais para a forma de uma possível “existência comum”. Foucault salienta que a questão latente de estar junto confere à esposa uma posição, agora legítima, como o outro idêntico a si (Cf. p. 165), quando a arte da conjugalidade começa a integrar a cultura de si (Cf. p. 164). Em certo sentido, há uma influência da visão estóica que, diferentemente da visão clássica, vê os dois sexos como complementares e igualmente aptos para o alcance das virtudes. Assim, há uma preocupação com as vantagens e dos danos no vínculo do matrimônio, relacionando a variação dos direitos e deveres de cada cônjuge.

O monopólio dos prazeres e a rejeição do seu excesso condiziam com um comprometimento que ia muito além de uma função social e apontava para uma relação com o “cuidado de si” estabelecido com o parceiro. Se, tradicionalmente, as relações entre o ato sexual e o casamento se davam apenas com a finalidade de procriação, nos primeiros séculos da Era Cristã ocorre um processo de criação de uma moral pautada pelo rigor exigido, dada a natureza dessa concepção de vínculo matrimonial, já que o estado “de casamento e atividade sexual deve chegar a coincidir” (p.167) com vista na preservação do *status* nas relações e da integridade do outro.

Em busca da compreensão da finalidade dos costumes greco-romanos relativos ao amor homossexual, no sexto capítulo intitulado “Os rapazes”, Foucault analisa alguns textos de Plutarco e Pseudo-Luciano que distinguiam formas de amor e os confrontava. Após o surgimento e desenvolvimento de uma nova Erótica, pautada na relação recíproca entre homem e mulher, nasce a necessidade de uma conduta sexual regulada por reflexões morais e filosóficas.

Ao final, Foucault retoma, em uma breve conclusão, os temas gerais abordados em sua obra. O cerne da discussão encontra-se nos capítulos dois e três (“A cultura de si”; “Eu e os outros”). Como visto, é nesses capítulos que Foucault identifica uma ética, no início da Era Cristã, que pode ser compreendida como uma prática, um cuidado de si. Nessa concepção da vida moral, há uma valorização da estética das virtudes que cria condições práticas para ações

éticas livres constituindo então um modelo de vida, e, por isso, uma estética da existência. Nessa abordagem sistemática da moral, o virtuoso coincide com o belo, permitindo que a moral sexual seja parte de uma ética completamente refeita, um modo diferenciado de compreender a formação de si mesmo. A moral se torna capaz de modificar os modos da relação tanto individual quanto social, exigindo, destarte, um trabalho crítico do homem sobre seu próprio pensamento e hermenêutico, isto é, em busca de um sentido, já que o desenvolvimento das virtudes tem como finalidade a constituição de uma existência bela. Esse trabalho deve ser a construção de um modelo de conduta que possa ser admirado e louvado, não necessariamente por ser virtuoso, mas por ser uma combinação bela de virtudes.

Foucault mantém-se aberto a inúmeras interpretações. Desde o início da discussão, ocupa-se com a relação entre conceitos e interpretações ao longo da história da humanidade que forma uma ferramenta para o caminho necessário para que o sujeito encontre sua autonomia. Foucault aponta que a problemática da atualidade é justamente uma crise da subjetivação, pois o indivíduo que não realiza as “práticas de si” não é portador de uma liberdade transformadora da existência e apresenta dificuldades em expressar-se e constituir-se como um “sujeito moral de suas condutas” (p. 101). Desse modo, pode-se observar que Foucault constata o ocupar-se de si como a fonte provedora de uma consciência ética, em que o conhecimento obtido ao ocupar-se consigo não forma a fonte de uma base epistemológica da moral e sim o resultado das “práticas de si”, por meio do conhecimento dos próprios limites.

Para Foucault, a liberdade individual constituiu a condição ontológica da ética, na visão greco-romana, por desenvolver nos sujeitos uma atitude baseada em uma liberdade de constituição de si como pessoa moral. A ética grega englobou o modo de ser e guiar-se do homem. A liberdade constituiu tanto uma dádiva, quanto uma obrigação. O homem deveria tornar-se seu próprio objeto de atenção, fazendo a prática de si equivaler-se à prática da liberdade, desenvolvendo a capacidade de não se sujeitar a normas de conduta externas. Essas constatações de Foucault sobre o modo de agir da Antiguidade, de certo modo, alertam para a necessidade em reconhecer e desenvolver esse “cuidado de si” pelas práticas da liberdade. A liberdade para a escolha de virtudes desejáveis para a constituição de uma moral virtuosa pode possibilitar a fundamentação da condição ontológica do meio social. Tal condição pode

permitir que, assim como Foucault aponta que ocorreu na época grego-romana, se abra um espaço no âmbito da moralidade para a prática de uma arte moral, que não se pautem em normas de regulação social e que não limite as possibilidades de ações dos outros.

Referências

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. 3 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 246 p.

Submetido em: 23/11/2014

Aceito em: 19/05/2015